

Moralismo, ortodoxia e economia: a tortuosa noção de austeridade

1. Introdução

Austeridade não é um conceito económico e o seu conteúdo substantivo é escasso. Na verdade, é uma noção moralista e, sobretudo, um instrumento de reorganização autoritária e assimétrica das relações sociais. É isso que se procurará mostrar neste texto. Admita-se, no entanto, que ela também comporta uma visão da economia. Valerá, pois, a pena ensaiar uma tentativa de interpretação da relação entre as noções de austeridade e economia, no duplo sentido de pensamento económico e de funcionamento dos sistemas sociais de produção. Proponho para isso três representações económicas possíveis do significado de austeridade: a de autorregulação e equilíbrio de mercados, a de estratégia deflacionista e a de instrumento de reconfiguração social e política. De facto, se no início se pode subentender uma determinação teórica ortodoxa, rapidamente se torna claro que a ideia de austeridade converge deliberadamente para uma finalidade de redefinição das condições materiais de funcionamento da economia que é desvalorizadora, destrutiva e redutora do potencial económico instalado. Essa finalidade é, no entanto, apenas instrumental, pois o essencial consiste numa redefinição das relações fundamentais da organização da sociedade. *Destruição desconstrutiva*, por oposição à velha ideia schumpeteriana de *destruição criadora*. Mostra-se em seguida as dimensões principais do exercício da austeridade em Portugal nos anos recentes: destruição de riqueza, de emprego e de capacidade produtiva e transferência de rendimentos a favor de credores internacionais.

2. Três representações económicas da ideia de austeridade

2.1. A austeridade como reposição do equilíbrio económico e da autoregulação dos mercados

Na Economia, as ideias de equilíbrio e de relação equilibrada e tautológica entre as variáveis económicas têm, como se sabe, um lugar reservado e bastante espaçoso. Nesse esquema, domina uma mecânica de identidade entre os vários domínios do económico (poupança e investimento, produção e consumo, custos e produtividade,

por exemplo). Mais precisamente, para esta perspectiva a economia não é senão um conjunto de mercados parcelares (individuais) que, através de incentivos de natureza simplista e individualista, se ajustarão com facilidade (retomarão o equilíbrio e a identidade entre as variáveis que os compõem) se não forem perturbados por algo que introduza incerteza e instabilidade. O desequilíbrio entre variáveis (especialmente certas variáveis) é visto como um “excesso”, isto é, uma relação que tem de ser sujeita a uma correção austera.

Num primeiro momento, esta noção de austeridade é uma posição contra a política económica e quaisquer formas de configuração social ou política deliberada da economia. Por exemplo, se um governo ou um banco central decidir por uma política monetária expansiva, para aumentar o produto potencial da economia, agindo sobre o financiamento dos agentes económico, isso é desequilíbrio e carece de correção austera, sobretudo se não se estiver numa situação de crescimento, provavelmente em resultado de medidas anteriores idênticas às que agora se pretende restringir. Se, por outro lado, um governo decidir aumentar a despesa pública (e o défice) para atingir qualquer objetivo com efeitos intergeracionais (por exemplo fomentar a educação ou a formação das faixas etárias que ainda não são produtivas), isso tem o mesmo significado. E assim acontecerá se, outro exemplo, se entender que o mercado de trabalho deve assentar em regras de proteção laboral, como o salário mínimo, a proibição de despedimento individual instantâneo. Nesse caso, isso é uma rigidez que desequilibrou aquele mercado, que a ortodoxia prevê que se autorregularia muito bem se tal não acontecesse. A austeridade é, pois, neste sentido, uma intervenção exterior destinada a proteger a lógica de mercados parciais e em equilíbrio, com uma grande fé doutrinária e ideológica na autorregulação e uma enorme aversão ao político, ao social e a encaminhamento estratégico das economias.

É também nesta noção que radica a ideia de que certas economias ou certas pessoas vivem “acima das suas possibilidades”, isto é, sofrem de desequilíbrios registados nalguns dos seus mercados parciais. A razão de tais desequilíbrios está, como já se viu, no facto de algo ou alguém “interferir” nesses mercados, provocando-lhes desajustamentos que eles não são capazes de ajustar “naturalmente”, o que aconteceria se eles fossem apenas governados pela dinâmica das variáveis que os compõem. Por exemplo, se o crédito e as políticas bancárias não interviessem no mercado de habitação, o ajustamento entre rendimentos, consumo, poupança, taxas de

juro e investimento conduziriam a equilíbrios duráveis e não ocorreriam problemas. Mesmo se, em consequência, as pessoas não tivessem casas para viver isso não seria um problema da economia. Para que um mercado destes e a economia no seu conjunto funcionem “como devem”, isto é, sem excessos, haverá, portanto, que reduzir a oferta de moeda e deixar que cada equilíbrio ocorra e se mantenha. Neste contexto, a austeridade é, assim, um mecanismo de reposição abstrata dos vários equilíbrios parciais em que uma economia assenta. É também uma noção que encara a economia com essencialmente estática.

2.2. A austeridade como redução da intensidade da economia (deflação)

Apesar das suas óbvias implicações práticas, a questão anterior pode ser, no entanto, vista como assunto do domínio teórico da economia, isto é, como problema abstrato do campo epistemológico. Vimos, aliás, que ela assenta numa aversão não ingénu a política económica e à deliberação política. Importa, por isso, chegar aos significados mais prosaicos da noção da austeridade e da sua intervenção na organização económica e social, isto é, ao plano em que a austeridade se torna política económica e posição normativa. Aí chegamos à ação no sentido da desvalorização interna dos recursos que compõem a economia, isto é, à deflação, à redução deliberada do potencial de criação de riqueza de uma economia. O óbvio significado político da ação em nome da austeridade tem a ver com uma outra noção, a de competitividade, que é do domínio da economia internacional e assenta numa visão de alinhamento competitivo, desigual e eventualmente assimétrico, das economias.

Mark Blyth¹ define bem esta perspetiva: “Austeridade é uma forma de deflação voluntária segundo a qual a economia se ajusta através da redução dos salários, dos preços e da despesa pública para restaurar a competitividade, que é (supostamente) melhor alcançada através da diminuição da despesa, da dívida e dos défices do Estado”.

Na verdade, o funcionamento da economia tal como foi encarado no ponto anterior supõe que cada mercado parcial funcione com otimização de custos. E cada mercado não supõe o funcionamento dos restantes. A lógica conjunta da económica, o funcionamento da economia enquanto sistema complexo, não interessa aos paladinos da austeridade. Assim como lhe é completamente alheia a ideia de que a criação de

¹ Mark Blyth, *Austerity: The History of a Dangerous Idea*. Oxford University Press, 2013, p. 2.

riqueza e de bem-estar supõe uma organização material e institucional complexa que a viabilize, impulse e garanta.

Nesta perspectiva, o objetivo deflacionário implica que se opere através de variáveis que definem os custos fundamentais de funcionamento do sistema produtivo e do sistema social. Em sociedades capitalistas esses custos são os do trabalho e representam-se tanto no salário direto como no salário indireto, este último associado às funções sociais do Estado. Como, para além de se supor que o trabalho é apenas uma mercadoria disponível que alguém compra sobrecarregando a sua função de produção, se subentende também que a administração pública é um desvio “ineficiente” de recursos e que a criação de externalidades positivas não tem de ser assegurada, sendo o investimento em capital fixo social mais um custo a evitar, então é claro que a ação deflacionária e de redução das variáveis económicas incide essencialmente sobre os salários e a despesa pública, sendo portanto, o trabalho e o Estado os dois alvos da austeridade. Obviamente, o viés deflacionista da austeridade ignora que, em economia, um custo de alguém é também um rendimento de outro e, por isso, não lhe interessa compreender o circuito económico e muito menos o papel essencial da formação da procura, alimentando-se assim o efeito depressivo interno. Como a austeridade assenta na rejeição liminar de preocupações com as circunstâncias internas, pois postula uma autonomia radical da economia relativamente ao social e ao político, adere a uma visão da procura em que há de predominar a procura externa, isto é a orientação para as exportações, regressando à sua questão inicial de privilégio da competitividade intencional e ao papel que nela desempenha a redução de custos internos.

2.3. A austeridade como redesenho do cenário político e social da economia

Neste momento, pode já assumir-se que a austeridade é, mais exatamente, um exercício de economia política: uma ação deliberada, normativa, com objetivos de desvalorização deflacionista de certos recursos e com a finalidade instrumental de redesenho social e político. A mecânica desta economia política, dada a sua lógica recessiva, assenta na rápida e violenta contração dos rendimentos salariais e na conseqüente redução da procura interna, o que conduz a que o nível de produção e criação de riqueza da economia se coloque abaixo do seu potencial produtivo, com geração anormal de desemprego, resultando daí quer efeitos cumulativos regressivos, quer défices elevados de confiança e sustentabilidade.

De facto, a economia política da austeridade tem à cabeça uma forte obstinação ideológica de desconstrução social e económica. Segue-se-lhe um desígnio prioritário de regressão do valor do trabalho, repondo uma economia de simples cobertura de custos baixos. Nisso consiste também o propósito de desconectar as economias periféricas de veleidades de evolução conjunta com as economias centrais, num processo de redependentização que estabilize assimetrias estruturais e as torne funcionais, quer enquanto fornecedoras de trabalho barato, quer enquanto espaços funcionais para a reciclagem dos excedentes dos países superavitários.

Ela consiste, assim, na subversão sistemática dos principais mecanismos de regulação económica e social em que assentaram as modalidades de capitalismo que promoveram estrategicamente a inclusão do trabalho e das classes populares, através de normas não estritamente mercantis de inserção no mercado do trabalho e de mecanismos de provisão de bem-estar e de providência que, em momentos de fragilidade, agissem como substitutos da relação de trabalho direta e garantissem a confiança com que se superam as incertezas. Corresponde, pois, a uma crescente hegemonia de lógicas de regulação transnacionais descomprometidas dos consensos e das vinculações políticas e sociais internas a cada país. A isso se juntou uma fortíssima retórica de reconfiguração do papel do Estado para lhe retirar as margens de autonomia que usou na gestão das restrições orçamentais e monetárias e para o obrigar a ser um ator económico “como os outros”, isto é, para o obrigar a “ir ao mercado”, primeiro para se financiar, depois para justificar as suas ações. Assim se abriu espaço à chamada “inovação financeira”, ou seja a uma vasta gama de fundos constituídos por recursos deslocados da produção e pela captação de poupanças através de um sistema bancário que já não era um mediador para, com tais poupanças, servir o investimento, tendo-se antes tornado num promotor de aplicações meramente rentistas, quando não especuladoras. Por isso, predominam os interesses dos financiadores em sistemas em que se declarou que os únicos riscos sistémicos são os que os possam atingir, sem cautelas similares quanto aos riscos das pessoas singulares e do seu bem-estar ou quanto à salvaguarda das capacidades produtivas das economias nacionais e dos seus meios para produzir riqueza e assegurar emprego.

Ao contrário do capitalismo inclusivo, a ideologia da austeridade estima a conflitualidade social para com ela gerar desequilíbrios que reduzam custos e revertam direitos estabelecidos através da solidariedade coletiva, instiga a que a

regulação pelo mercado e pelo poder desigual presente nas transações seja a forma de governação económica e social exclusiva, reduz a economia aos jogo privado, desconsidera as mediações sociais e políticas quando elas promovem critérios coletivos e recusa-se a compreender que as economias são sistemas económicos sociais e políticos enquadrados por instituições que constituem compromissos laboriosamente estabelecidos para definirem regras estáveis e estímulos ao progresso.

2.4. Uma síntese

O termo austeridade, no contexto económico atual, designa então um conjunto de opções de política económica e social que tem como finalidade conter ou fazer regredir a despesa pública através de restrições nos orçamentos dos Estados e, desse modo, alterar a política redistributiva e os gastos associados ao funcionamento da economia e à reprodução social. Por detrás das políticas de austeridade está a convicção de que os rendimentos formados na economia, correspondentes à riqueza criada, são inferiores à despesa pública e privada, inviabilizando a poupança, gerando défices e desequilibrando as relações intergeracionais, e que isso deve ser contido no curto prazo. Corresponde-lhe uma retórica sobre a “gordura do Estado” e os comportamentos “irresponsáveis” dos cidadãos e sobre a confiança que é preciso dar aos mercados financeiros, considerados as fontes de financiamento da economia.

As políticas de austeridade começam por ser políticas orçamentais, com incidência na despesa pública na sua globalidade e, em especial, no investimento e nas funções sociais do Estado, mas tornam-se numa ação sobre os custos salariais e o valor do trabalho. Atingem, por isso, os direitos sociais adquiridos e a proteção social, num contexto em que o desemprego tende a crescer significativamente. Acarreta, inevitavelmente, uma compressão forte da procura e do poder de compra, pelo que reduz o crescimento da economia e a possibilidade que as empresas têm de escoar a sua produção, o que origina descidas dos salários em todo o sistema de emprego, com acréscimo de assimetrias na relação laboral. São, pois, políticas recessivas.

Pode considerar-se que a via da austeridade está, em geral, associada a um empobrecimento dos países (desvalorização interna) e dos que vivem do rendimento do trabalho, sendo por isso fonte de desigualdades e injustiças crescentes, e à redução

da capacidade produtiva através da diminuição do capital privado e do capital fixo social.²

3. A mecânica da economia política da regressão: o que é que a austeridade destrói

A austeridade assenta numa mecânica precisa. O ponto de partida é uma economia em situação desfavorável, com fragilidades produtivas, desequilibrada e dependente relativamente a outras ou relativamente a um ponto de referência e inserida num contexto institucional que lhe reduz as margens de manobra, colocando-a perante condicionalidades várias. É este o caso da economia portuguesa, que se pode ilustrar numa descrição rápida: crescimento lento desde que começou a preparar a adesão à União Económica e Monetária e o cumprimento dos critérios de Maastricht, passando a viver sob uma moeda forte; destruturação da capacidade produtiva real em vista daquela moeda e da ausência de mecanismos que a estimulem por outras vias (políticas industriais ou de emprego ativas, por exemplo); perda de capacidade competitiva internacional e facilitação de importações, gerando défices externos e entradas de capitais possibilitadas pela liberalização e pela desregulamentação e pela acumulação de excedentes nos países da mesma zona monetária onde a situação é simétrica. Este quadro é ainda ampliado pelo facto de os capitais nacionais terem sido beneficiados por políticas generosas de privatizações em sectores que, ao contrário daqueles sobre os quais incidem negativamente as condições anteriormente descritas, estão relativamente protegidos da concorrência internacional (bens e serviços não transacionáveis) e têm a vantagem de ter uma procura assegurada pelas facilidades criadas aos consumidores pela liberalização.

A mecânica da austeridade assenta também numa lógica de coação moralista que atinge valores intangíveis da organização social e política. É, no entanto, no mundo material da economia que a avaliação da capacidade destruidora da austeridade pode ser mais facilmente apreciada. Proponho os seguintes planos de análise: o da riqueza geral de uma sociedade, o do emprego aí existente, o do sistema de organização das capacidades produtivas, o dos rendimentos salariais e o da cedência de rendimentos ao exterior. Para tudo isto toma-se Portugal como unidade de análise.

² Sigo de perto o que escrevi no *Dicionário das Crises e das Alternativas*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Almedina.

3.1. A destruição da riqueza geral do país: recessão e deflação

Em 2012, a riqueza criada em Portugal foi 155,3 mil milhões de euros. Menos 9,4 mil milhões de euros do que em 2007, o ano do valor mais elevado alguma vez atingido, 164,7 mil milhões de euros. 5,7% da riqueza que o país tinha mostrado que era capaz de criar desapareceu. Isto, apesar do contraexemplo registado em 2010, quando, por via de medidas inversas às da austeridade, o produto cresceu 1,9%. Deste ponto de vista, o que aconteceu em três anos (2009, 2011 e 2012, e até bastaria considerar estes dois últimos) fez regredir a capacidade de criação de riqueza do país 12 anos, isto é, para o nível de 2001. Como a “resistência” da variável demográfica é maior do que a do PIB (é mais fácil e rápido contrair a economia do que “ajustar” a população...) a riqueza *per capita* está agora ao nível de 2003.

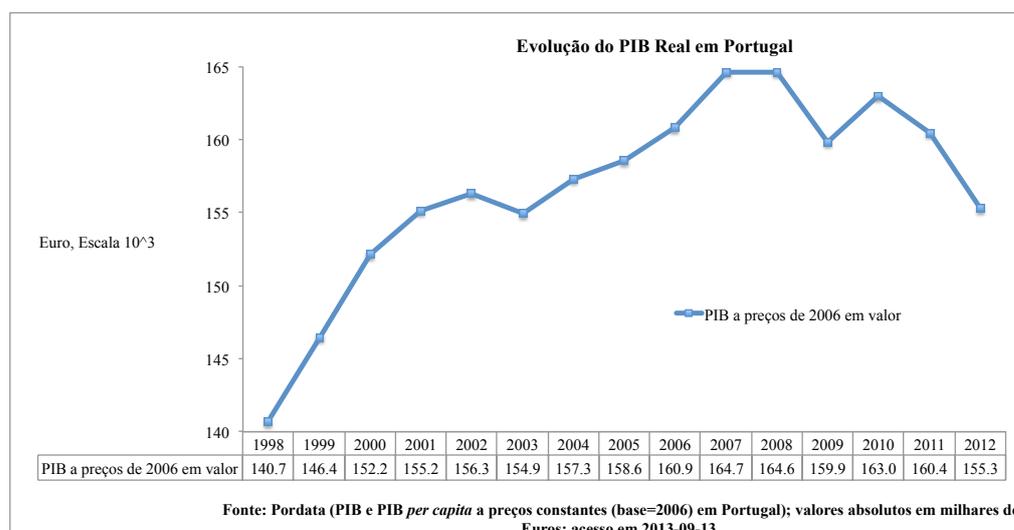
Quadro 1
PIB e PIB *per capita*³

Ano	PIB		PIB per capita
	Euros 10 ³	Tva real em %	Euros
1998	140.7	5.1	13 847
1999	146.4	4.1	14 330
2000	152.2	3.9	14 787
2001	155.2	2.0	14 973
2002	156.3	0.8	15 005
2003	154.9	-0.9	14 813
2004	157.3	1.6	15 008
2005	158.6	0.8	15 096
2006	160.9	1.4	15 287
2007	164.7	2.4	15 618
2008	164.6	0.0	15 594
2009	159.9	-2.9	15 126
2010	163.0	1.9	15 412
2011	160.4	-1.6	15 217
2012	155.3	-3.2	14 812

A figura seguinte representa graficamente o que o quadro anterior deixa claro e permite sublinhar a forte convulsão introduzida pela austeridade.

³ Fonte para valores 1998-2010: Pordata (PIB e PIB per capita a preços constantes (base=2006) em Portugal); acesso em 2013-09-13. Fonte para valores de 2011 e 2012: INE (População Residente); acesso em 29-09-13.

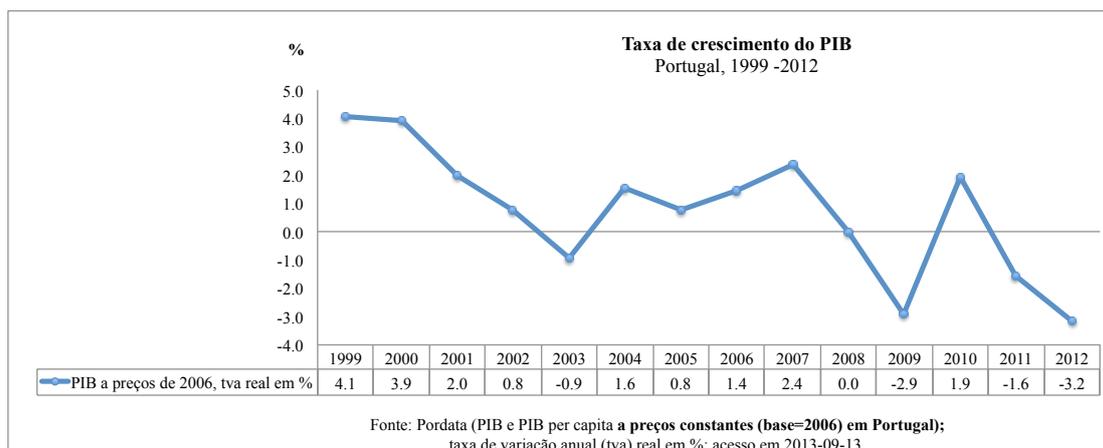
Figura 1
Evolução do PIB real



Esta imagem, apesar de já trivial em qualquer análise dos efeitos recessivos da austeridade é, no entanto, a que melhor assinala os seus efeitos destruidores. Na verdade estamos perante o quadro incontornável do empobrecimento deliberado, da veiculação do pressuposto ideológico de que é preciso sujeitar a economia a uma regressão na base da qual se possam redefinir relações tanto económicas como sociais. Isto é, a austeridade hostiliza, ou pelo menos desconhece, a ideia básica de que uma economia, se precisar de ajustamentos, os pode e deve fazer num quadro de salvaguarda do que se adquiriu. Acontece, de facto, que o empobrecimento é o instrumento privilegiado da austeridade, a sua obsessão ideológica e o único dos objetivos que sabe alcançar.

Outros dados que não importa trazer para aqui mostram que a economia portuguesa conheceu ciclos de crescimento significativos ao longo das últimas três décadas e especialmente até à segunda metade dos anos noventa. Foi relativamente a esse quadro que a capacidade para crescer se atenuou drasticamente no início do novo século e a erosão se tornou profunda nos anos recentes, sob a austeridade.

Figura 2
Taxas de crescimento do PIB



3.2. A destruição de emprego

Em 2002, Portugal registou o seu nível máximo de criação de emprego: 5,050 milhões em equivalente a tempo integral⁴. Depois de, na década de 60, se ter registado crescimento do produto sem criação de emprego e com massiva exportação de mão-de-obra (emigração), a criação significativa de emprego só ocorre com a democracia. Entre aquele ano e 2012 destruíram-se 518 mil postos de trabalho.

A austeridade desconhece ou, pelo menos, convive muito mal com a ideia de que o trabalho e o emprego – o trabalho digno, criador de riqueza, base material para a repartição justa da riqueza criada – são os principais mecanismos de inclusão social do capitalismo democrático. Convocando o raciocínio ortodoxo sobre os mercados e os seus equilíbrios, pressupõe que uma situação em que o trabalho não esteja reduzido à condição de simples mercadoria cuja transação se faça do mesmo modo que qualquer bem ou serviço singular é uma situação de desequilíbrio, pois há outros valores que influenciam o seu custo, criando “rigidez” e ferindo a competitividade.

⁴ Correspondendo a 5,2 milhões de pessoas com um emprego.

Quadro 2
A destruição de emprego⁵

População Empregada			
Ano	Pessoas 10 ³	Ano	Pessoas 10 ³
1977	4.581	1995	4.431
1978	4.510	1996	4.503
1979	4.605	1997	4.618
1980	4.589	1998	4.776
1981	4.639	1999	4.836
1982	4.551	2000	4.960
1983	4.498	2001	5.025
1984	4.430	2002	5.050
1985	4.429	2003	5.005
1986	4.309	2004	4.999
1987	4.331	2005	4.985
1988	4.334	2006	4.990
1989	4.404	2007	4.987
1990	4.477	2008	5.011
1991	4.607	2009	4.875
1992	4.538	2010	4.793
1993	4.466	2011	4.735
1994	4.463	2102	4.532

3.3. A destruição da capacidade produtiva: desindustrialização

A economia não é, ao contrário do que a ortodoxia supõe, um simples conjunto de mercados em equilíbrio. A economia é um sistema social de produção, dotado de organização, relações e mecanismos que lhe conferem dinâmica e funcionamento articulado. Por estas razões, o desenvolvimento das sociedades observa-se tendo em conta a evolução das suas capacidades organizacionais, das competências que consolida e do domínio sobre as suas capacidades futuras. Tal observação comporta uma análise da estrutura material da economia, mas também deve incluir a apreciação da sua evolução e da sua condição institucional. É por tudo isto que, por exemplo, se dá importância à composição sectorial das economias e, em especial, aos processos de industrialização que marcaram a nossa contemporaneidade.

⁵ Fonte para valores 1977-2010: Pordata (Emprego Total e por ramo de atividade, equivalente a tempo completo); acesso 2013-05-31. Fonte para valores de 2011 e 2012: Eurostat (População empregada residente); acesso 2013-09-28. Valores absolutos em milhões de pessoas.

A desindustrialização do país é um processo longo, que não oferece o mesmo tipo de conclusões sobre a relação com a austeridade que se apresentaram nos pontos anteriores. De facto, desde que, em 1981, Portugal registou o maior volume de emprego industrial, 1,172 milhões de postos de trabalho⁶, a diminuição do peso industrial na nossa economia tem sido intensa. Desde a véspera da adesão à CEE até à véspera da circulação do euro perderam-se 126 mil destes postos de trabalho. Mas, de 2001 a 2007, a redução foi de 119 mil. Com a austeridade, só nos 3 anos que vão de desde 2007 a 2010, a destruição registada é de 100 mil empregos industriais.

Quadro 3
Emprego industrial: o processo de desindustrialização⁷

Emprego Industrial					
Ano	Pessoas 10 ³	% Emprego Total	Ano	Pessoas 10 ³	% Emprego Total
1977	1.125	24.6	1994	0.944	21.1
1978	1.139	25.3	1995	0.941	21.2
1979	1.165	25.3	1996	0.957	21.2
1980	1.168	25.5	1997	0.970	21.0
1981	1.172	25.3	1998	0.982	20.6
1982	1.152	25.3	1999	0.979	20.3
1983	1.139	25.3	2000	0.972	19.6
1984	1.095	24.7	2001	0.957	19.1
1985	1.083	24.5	2002	0.945	18.7
1986	1.058	24.6	2003	0.912	18.2
1987	1.042	24.1	2004	0.890	17.8
1988	1.022	23.6	2005	0.865	17.4
1989	1.043	23.7	2006	0.853	17.1
1990	1.038	23.2	2007	0.838	16.8
1991	0.987	21.4	2008	0.822	16.4
1992	0.970	21.4	2009	0.763	15.7
1993	0.943	21.1	2010	0.738	15.4

3.4. O transvaze de riqueza para o exterior e para credores

Para além dos efeitos anteriores – destruição de riqueza e de emprego e fragilização produtiva – a austeridade comporta um movimento profundo de sujeição financeira, expresso na dependência cumulativa face a credores e na deslocação de uma parte significativa e crescente da riqueza criada para a remuneração destes capitais. Este movimento é particularmente expressivo em termos internacionais, constituindo portanto um transvaze de riqueza para o exterior.

⁶ Em equivalente a tempo completo.

⁷ Fonte: Pordata (Emprego: total e por ramo de atividade, equivalente a tempo completo); acesso 2013-05-31. Valores absolutos em milhões de pessoas.

Como se vê no quadro seguinte, Portugal duplicou em nove anos a sua dívida externa (posição de endividamento internacional). Durante os últimos seis anos saíram do país, em média e em termos líquidos, para pagamento do rendimento do investimento estrangeiro, montantes equivalentes a 4,5% do PIB. Se excluirmos, como é correto, a parte correspondente ao investimento direto, que se admite relacionado com a capacidade produtiva do país, os rendimentos do “investimento” assente, designadamente, em obrigações e empréstimos constituiu naquele mesmo período, líquido, mais de 3% do PIB de cada ano.

Quadro 4
Endividamento da economia e cedência de rendimentos ao exterior

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Balança Corrente	-6.4	-8.3	-10.3	-10.7	-10.1	-12.6	-10.9	-10.6	-7.0	-1.5
Rendimentos	-1.6	-2.0	-2.5	-3.9	-4.2	-4.5	-5.2	-4.6	-4.9	-3.9
Rendimentos de trabalho	0.0	-0.1	-0.1	-0.1	0.0	0.0	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
Rendimentos de investimento	-1.6	-1.9	-2.4	-3.8	-4.2	-4.5	-5.1	-4.5	-4.9	-3.8
a) Rendimentos de investimento dir	-0.5	-0.5	-0.8	-1.4	-1.2	-0.8	-2.1	-1.8	-1.6	-0.9
b) Rendimentos de investimento de	-0.4	-0.4	-0.4	-0.5	-0.7	-1.6	-2.0	-2.0	-2.0	-1.6
c) Rendimentos de outro investimen	-0.7	-1.0	-1.2	-2.0	-2.2	-2.1	-0.9	-0.8	-1.2	-1.3
b)+c)	-1.1	-1.4	-1.6	-2.5	-2.9	-3.7	-2.9	-2.8	-3.2	-2.9
Posição de investimento internacional	-58.2	-63.1	-67.4	-78.8	-88.9	-96.1	-110.6	-107.2	-104.9	-116.5
Investimento Direto	-14.4	-11.3	-11.7	-16.3	-19.1	-15.4	-19.0	-19.5	-17.9	-21.0
Investimento de Carteira	-16.2	-15.5	-13.5	-16.0	-21.8	-31.1	-42.0	-30.1	-18.5	-15.3
<i>Autoridades Monetárias</i>	8	7	7	7	6	8	8	10	11	11
<i>Instituições Financeiras Monetárias</i>	0.4	4.4	8.8	4.7	0.1	3.0	-0.8	3.5	2.2	3.8
<i>Instituições Financeiras não Monetá</i>	15.9	15.7	19.9	22.7	19.4	8.6	10.8	9.1	3.8	10.0
<i>Particulares</i>	6.6	7.5	8.7	8.8	8.5	6.0	6.9	7.3	6.8	7.9
Derivados Financeiros	0.0	-0.4	0.0	0.1	0.0	0.1	-0.3	-0.7	-1.4	-2.2
Outro Investimento	-34.6	-41.6	-47.8	-51.3	-52.7	-54.7	-55.8	-66.0	-76.7	-88.4
<i>Sociedades não Financeiras</i>	6.7	4.1	3.2	3.1	2.7	2.8	2.1	2.4	-0.2	0.5
<i>Particulares</i>	3.3	3.1	2.7	3.7	4.6	4.5	4.4	4.7	5.0	4.7
Ativos de Reserva	7.1	5.7	5.7	4.7	4.6	5.0	6.6	9.1	9.6	10.4

É relevante verificar, ainda no quadro anterior, que apesar da grande dependência financeira do exterior, há movimentos parciais muito significativos em que se regista a situação inversa, isto é, há agregados nacionais que colocam capitais no exterior (financiam o exterior) apesar de o resultado global, quer da economia, quer do tipo de “investimento” em causa ser negativo para o país. Por exemplo, sendo o investimento de carteira largamente negativo no seu saldo líquido, devido essencialmente às Administrações Públicas e às Sociedades não Financeiras, há quatro grupos institucionais que financiam o exterior. Se retirarmos as Autoridades Monetárias, admitindo-se que isso se deve funções soberanas de participação em instituições internacionais, as Instituições Financeiras monetárias e não monetárias, assim como os Particulares, aparecem como financiadores líquidos do estrangeiro. O mesmo se pode dizer na rubrica “outro investimento” (basicamente correspondente a empréstimos) quanto à posição das Sociedades não Financeiras e dos Particulares.

Este tipo de movimentos não apenas dá informação relevante sobre a complexidade das economias financeiras que rodeiam a economia portuguesa como torna visível que aquelas são o campo que a austeridade deliberadamente não internaliza na narrativa que constrói e nas ações que usa para fundamentar a mecânica que origina. No entanto, o que mais importa é muito evidente: é crescente a parte da riqueza de um país sob austeridade que é objeto de transvaze para o exterior.

5. Conclusão

Ensaiei-se neste texto um exercício de aproximação conceptual a uma noção com escassa dignidade teórica, visto que há razões para a considerar essencialmente um instrumento moralista de reconfiguração social e política. Não se rejeitou, no entanto, que a natureza de certas concepções teóricas da Economia esteja presentes na construção da ideia de austeridade enquanto noção normativa que procura fazer valer o pressuposto da autorregulação e do equilíbrio dos mercados e vincar a separação entre eles e as lógicas que se lhes atribuem, por um lado, e as opções sociais e políticas das coletividades humanas, por outro.

Este percurso fez sentido para se tratar do que parece ser central na economia portuguesa de hoje, sob os efeitos da austeridade: a destruição desconstrutiva a que ela está sujeita em matéria de criação de riqueza, emprego e capacidade produtiva, assim como de intensa transferência de rendimentos para o estrangeiro em vista da dependência em que foi colocada face ao crédito e à circulação financeira internacionais.

Na verdade, a noção de austeridade é demasiado tortuosa para que seja um conceito económico relevante e coerente e demasiado destruidora para que não tentemos interpretá-la nos seus eventuais fundamentos. Mas é muito difícil escapar à convicção de que estamos perante uma ideia essencialmente instrumental, socialmente regressiva e ao serviço de finalidades mais encobertas do que reveladas.